

BOLETIM 735

Brasília, 15 de fevereiro de 2019



NOVO ATAQUE AS APOSENTADORIAS!

Governo propõe idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres

O presidente Jair Bolsonaro e a equipe econômica do governo decidiram que a proposta de reforma da Previdência fixará uma idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e 62 anos para mulheres, com um período de transição de 12 anos. A proposta de reforma do sistema previdenciário será encaminhada ao Congresso na próxima quarta-feira (20).

As informações são do secretário especial de Previdência, Rogério Marinho, ao final da reunião com o presidente, no Palácio da Alvorada. Foram cerca de duas horas de reunião, com a participação dos ministros da Economia, Paulo Guedes; da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; e da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Marinho disse que a equipe econômica defendeu uma idade mínima de 65 anos para homens e para mulheres. Já o presidente discordava

da idade mínima das mulheres: queria 60 anos. Além disso, o tempo de transição desejado pelos economistas era de dez anos, algo também negociado por Bolsonaro, que queria 20 anos de transição. No final, o consenso ficou em 12 anos.

Depois de assinar o texto da reforma, na próxima quarta-feira, Bolsonaro vai fazer um pronunciamento à nação para explicar a necessidade de mudar as regras para aposentadoria no país. Segundo Marinho, os detalhes da proposta só serão conhecidos na quarta-feira. "O presidente bateu o martelo e pediu para que divulgássemos apenas algumas informações. Os detalhes da proposta serão conhecidos pelo Congresso Nacional".

O governo calcula que a reforma vai permitir uma economia de R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos. Por se tratar de uma proposta de emenda constitucional (PEC), a reforma da Previdência precisa ser votada em dois turnos na Câmara e depois no Senado, com apoio de no mínimo dois terços dos deputados e dos senadores.

Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro disse em 2017 que aposentadoria aos 65 anos é desumano

Defensor de aumentar a idade mínima para aposentadoria em sua reforma para a Previdência, o Bolsonaro mudou radicalmente de ideia sobre o tema nos últimos dois anos. Isso porque, em 2017, o então pré-candidato disse, durante um evento em Teresina (PI) que aumentar a idade mínima era "uma falta de humanidade".

"Aprovar uma reforma [da previdência] com 65 anos é, no mínimo, uma falta de humanidade. Querer uma contribuição de 49 anos é um crime", disparou o presidente, à época, logo após Michel Temer (MDB) apresentar sua proposta de reforma estabelecendo a idade mínima.

Fonte: Brasil247



Centrais sindicais estudam greve geral contra reforma da Previdência

Em reunião realizada na sede do Dieese nesta quinta (14), as centrais sindicais (CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central, CGTB, CSB, Intersindical e CSP-Conlutas) debateram a mobilização para a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, convocada para o próximo dia 20, e acenaram com a organização de uma greve geral no país contra a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro e em defesa das aposentadorias e da Previdência Pública.

“Consideramos que a reunião dos sindicalistas deve apontar para uma jornada nacional de luta em defesa da Previdência Pública e preparar o caminho para a realização de uma nova greve geral, a exemplo da que foi feita com sucesso no dia 28 de abril de 2017”, comentou o presidente da CTB, Adilson Araújo.

O dirigente criticou duramente o ministro da Economia, Paulo Guedes, que em sua opinião “tem forte interesse particular na reforma, é diretamente ligado a empresas que exploram o sistema previdenciário e está sendo investigado por suspeita de desvio de R\$ 1 bilhão na administração de fundos de pensão. Além disso, é um dos ‘Chicago Boys’ que assessoraram a fracassada reforma previdenciário do ditador Augusto Pinochet no Chile, que instituiu o malfadado sistema de capitalização e condena os idosos à miséria, com aposentadorias que não chegam à metade do valor do salário mínimo daquele país”.

Ampliar a mobilização - Adilson ressaltou a necessidade de promover “um amplo debate na sociedade, buscar o apoio dos movimentos sociais, da CNBB, da OAB e atuar intensamente também nos espaços institucionais. Vamos atrás dos parlamentares sabendo que no Congresso Nacional há muita resistência a apoiar os pontos mais polêmicos da reforma”.

Os líderes das centrais prometem conversar com prefeitos e governadores: “Sabemos que em cerca de 4 mil municípios os recursos canalizados para o pagamento das aposentadorias são maiores e mais significativos para a sobrevivência da economia do que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A reforma proposta por Bolsonaro e Guedes será desastrosa para muitos prefeitos e governadores”.

Outro ponto destacado é “a realização de uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública, que vem sendo bombardeada com alarmes falsos e meias verdades por uma mídia que omite o fato de que as despesas financeiras do Estado, com o pagamento dos juros da dívida pública, consomem mais de 50% do orçamento. É nisto e na política de desonerações e conivência com o calote dos débitos contraídos pelos empresários com a Previdência que devemos mexer, é imperioso onerar os banqueiros e as empresas sonegadas do INSS. Os ricos devem pagar a conta do ajuste fiscal e não mais os pobres”.

Fonte: Portal Vermelho



Presidente do Senado: Congresso deve ouvir a sociedade sobre a reforma

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse na noite desta quinta-feira (14) que o Congresso deve ouvir a sociedade ao debater a proposta de reforma da Previdência.

Sobre a definição da idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, anunciada nesta quinta, Davi avaliou que o governo fez uma opção e que agora cabe aos deputados e senadores promover a discussão.

Ele voltou a ressaltar que o Senado vai "acompanhar pari e passu o trâmite na Câmara". Questionado se o governo havia feito algum contato com a Presidência do Senado, Davi informou que estava cuidando de questões internas da administração da Casa e que até aquele momento não havia sido contactado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

— Precisamos mostrar a proposta para o Brasil e para o mundo. Os estados e os municípios estão quebrados. Precisamos mostrar a solução — disse.

Fonte: Agência Senado

Bolsonaro usa discurso falso para atacar aposentadoria de agricultores, diz deputado

O deputado federal Carlos Veras (PT-PE), que apresentou um pacote de 14 emendas à Medida Provisória (MP) 871, publicado em janeiro pelo governo Bolsonaro, afirma que o presidente comete um ataque aos trabalhadores rurais, sob o pretexto de coibir fraudes e movimentar a economia. O parlamentar foi entrevistado na manhã desta quinta-feira (14) pela Rádio Brasil Atual.

O governo alega que a MP vai economizar R\$ 9,8 bilhões nos primeiros 12 meses mas, para o deputado, ex-presidente da CUT-Pernambuco e trabalhador rural, Bolsonaro apresenta um discurso falso. "Se for para colocar mais recursos na Previdência não é tirando direito dos trabalhadores que ganham menos. A MP corta benefícios e dificulta os acessos às aposentadorias. Se quer angariar recursos para a Previdência, o governo deveria combater de forma firme a sonegação e as dívidas empresariais."

As emendas apresentadas ao texto da MP foram elaboradas com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), da Associação Nacional dos Servidores Públicos, da Previdência e da Seguridade Social (Anasps).

Fonte: Rede Brasil Atual



Relatório da OIT: 2 bilhões de trabalhadores no mundo são informais

"Estão trabalhando sem nenhum tipo de proteção por parte do Estado", observa o DIEESE

Relatório divulgado nesta quarta-feira (13) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que cerca de 60% dos 3,3 bilhões de pessoas que trabalham no mundo estão no mercado informal — algo em torno de 2 bilhões de pessoas. O estudo se refere ao ano de 2018 e aponta tendências para o ano seguinte.

“Significa que essas pessoas têm vida laboral, atuam regularmente na produção econômica, mas sem proteção social, não têm previdência social, não têm saúde, não têm seguridade, portanto estão trabalhando sem nenhum tipo de proteção por parte do Estado”, analisa o diretor técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, em entrevista para a jornalista Marilu Cabañas, na Rádio Brasil Atual.

O relatório mostra que 52% dos 3,3 bilhões de trabalhadores são assalariados e 34% atuam por conta própria, além de 11% em trabalho familiar. A falta de direitos e proteção social afeta principalmente os trabalhadores autônomos — 85% estão na informalidade, excluídos de qualquer sistema de proteção. Além disso, um em cada cinco jovens de até 25 anos não trabalha e nem estuda, o que se convencionou chamar "geração nem-nem".

Fonte: Rede Brasil Atual

Projeto retoma política de valorização do mínimo

Projeto apresentado no Senado garante a quem recebe o salário mínimo um ganho real — acima da inflação — de pelo menos 1% todos os anos. O texto retoma e estende até 2023 as regras da política de valorização do salário mínimo, que tinha validade até janeiro deste ano.

O PL 605/2019 foi apresentado por parlamentares do PT. — A política de recuperação do mínimo foi a responsável por 40% da redução da pobreza. A política é muito simples: acrescentar, a cada ano, o crescimento do PIB de dois anos anteriores e a inflação — explicou Rogério Carvalho.

Pelo texto, nas situações normais, em que houver crescimento, o ganho provavelmente será maior. Pelo projeto são aplicadas no dia 1º de janeiro de cada ano, com reajuste do salário mínimo equivalente à inflação mais a taxa de crescimento do PIB registrada no ano anterior ao último. Para 2020, por exemplo, será usado o crescimento do PIB de 2018. A inflação será medida pelo INPC, calculado pelo IBGE, acumulada em 12 meses.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS